

## 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – 2008

### GT- 18 - Elites e instituições políticas

Coordenadores: Renato Monseff Perissinotto (Universidade Federal do Paraná) e Miguel Serna (Universidad de la República del Uruguay)

## ELITES EMPRESARIAIS E VALORES DEMOCRÁTICOS<sup>1</sup>

Paulo Roberto Neves Costa (*Universidade Federal do Paraná*)

**Resumo:** A pesquisa que serve de base para esta comunicação articula duas questões: de um lado, uma elite cuja característica fundamental é o poder econômico, a saber, os empresários, e, de outro, as avaliações e concepções sobre o funcionamento das instituições políticas democráticas. Daí, a utilização da noção de elite empresarial, que trata, de forma articulada, do poder econômico e de dimensões relacionadas à sua existência política. Neste sentido, a partir de uma pesquisa qualitativa, procuramos verificar não apenas os aspectos quantitativos, mas também as justificativas fundamentais da adesão, da concepção de democracia e da avaliação a respeito de suas instituições, por parte dos presidentes de diversas entidades de representação empresarial dos principais setores da economia, tomando por referência o Brasil de nossos dias.

### Introdução

Os estudos sobre empresários, empresariado ou elite econômica em geral tratam de aspectos relacionados a uma variável fundamental, mas a nosso ver, insatisfatória para o estudo e a caracterização deste grupo social, o poder econômico, expresso principalmente na análise da sua relação com o desenvolvimento econômico e as políticas econômicas. Se, em si mesma, esta variável implica em complexas questões de ordem teórica e metodológica, ela também se mostra limitada por deixar de lado a consideração das dimensões especificamente relacionadas à política. Por sua vez, os estudos sobre cultura política e valores políticos nem sempre se voltam especificamente para as elites.

Devemos considerar que as profundas alterações que marcaram a economia nacional desde o final dos anos 1980 se deram concomitantemente com não menos importantes alterações no nosso sistema político, marcadas pela retomada e pelo avanço

---

<sup>1</sup> Este texto baseia-se nos primeiros resultados da pesquisa *Empresariado e democracia: avaliações e motivações políticas*, que conta com o apoio do CNPq e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Agradecemos à equipe do Núcleo de Informações Estratégicas e Pesquisa (NIEP) da FIEP, pelo trabalho de produção dos dados desta pesquisa.

das instituições democráticas. Portanto, verificar como os empresários, aqui considerados como parte das elites políticas, se relacionam com a democracia no Brasil é importante tanto para o conhecimento dos processos históricos recentes, quanto para o tratamento de questões teóricas e metodológicas relacionadas aos estudos desta parcela das elites políticas.

O texto a seguir se divide nas seguintes partes: uma breve discussão sobre o conceito de elite empresarial; a discussão de aspectos metodológicos e dos resultados de uma pesquisa empírica, tomando por referência a elite empresarial brasileira nos dias de hoje. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

Em suma, pretendemos contribuir para a compreensão não apenas da concepção de democracia compartilhada por esta elite, como também de seus padrões de ação política, frente ao processo de constituição do regime político democrático, contribuindo para uma Sociologia Política da democracia no Brasil.

## **I – Elite empresarial: notas teóricas**

O critério do *poder*, geralmente associado aos estudos sobre elites, em princípio implicaria na consideração da elite do empresariado como aqueles que possuem ou controlam um *grande poder econômico*. Para os nossos objetivos, esta abordagem é limitada, pois se restringiria à variável econômica, deixando de lado outras que são igualmente ou até mais complexas e relevantes.

Este é o caso da análise de Pahl e Winkler sobre a “*economic elite*” na Europa, caracterizada a partir do “poder de mercado”, entendido como “... o controle sobre a *distribuição* dos recursos econômicos, o poder de empregar recursos ou retirá-los, de acordo com seus próprios interesses e preferências” (*tradução nossa, PRNC*). Desta forma, a pesquisa se restringe aos *executivos* (PAHL & WINKLER, 1974).

Paul Windolf (1998), ao tentar definir *Economic Elite*, tomando por referência as idéias de Bourdieu, estabelece a necessidade de considerar não apenas as relações com os meios de produção, com a competência técnica e com o capital social, mas também “*the specific combination of all the relevant resources*”. Mas, é notável o fato de que, entre estes recursos, Windolf não leva em conta aqueles que poderiam ser classificados como *políticos*.

Portanto, o risco desta abordagem é deixar de lado outros aspectos relevantes e muitas vezes cruciais para a compreensão não só das elites como também dos grupos sociais a elas subjacentes, entre eles, os valores políticos e as formas de ação política. Estão ausentes deste enfoque sobre a “elite econômica” as questões relacionadas a um outro tipo de *poder*, para além do econômico: o poder político.

Isso implicaria também em desconsiderar a análise de muitos agentes do próprio empresariado, cuja relevância pode até se dar mais em função de fatores políticos do que de aspectos econômicos ou gerenciais. E, para os nossos objetivos, isso é importante por que este recorte utilizado por Pahl e Winkler também está presente na sociologia do empresariado no Brasil, desde os estudos pioneiros (CARDOSO, 1964 e 1967 e MARTINS 1968) até os mais recentes (DINIZ e BOSCHI, 2004).

A questão do poder político nos remete a dois tipos de capacidades por parte dos membros desta *elite*: a de se constituir como o dirigente mais importante de uma instituição de representação de interesses empresariais e, em função desta condição, a de exercer algum tipo de *influência* sobre os órgãos e centros de decisão política do Estado. Portanto, poder *para fora* das empresas, independentemente da posse ou do controle sobre o grande capital.

Um estudo sobre a *elite econômica*, feito estritamente a partir do atributo da propriedade ou da capacidade de gerenciar grandes empresas, deixaria de lado exatamente uma questão fundamental da constituição do grupo do qual se estabelece uma *elite*, em especial quando se trata de um contexto democrático, ou seja, os valores políticos, a representação e a ação política.

As pesquisas acadêmicas, ou mesmo o senso comum, nos remetem a duas situações extremas: de um lado, os empresários, enquanto “classe dominante” ou parte da “elite”, seriam inquestionavelmente poderosos no campo político; de outro lado, por serem agentes *econômicos* e preocuparem-se exclusivamente com seus negócios e com a economia, eles negligenciariam a política e as instituições políticas. Em relação ao caso brasileiro, existiria uma terceira possibilidade: o empresariado como um agente economicamente fraco e pouco relevante politicamente.

A precariedade destas generalizações apenas reforça a necessidade das pesquisas tratarem da relação entre empresários e política, em especial aquilo que diz respeito à construção, à preservação ou à alteração das instituições políticas. A confirmação de uma destas interpretações, ou a sua negação, seria sociologicamente muito interessante, dado

que se trata de um agente do qual tanto a presença quanto a ausência são sociologicamente relevantes nas sociedades capitalistas.

Na tentativa de superar estas limitações é que, de um lado, estamos usando um dado conceito, o de *elite empresarial* e, de outro, recortando o nosso objeto, que considera os presidentes de entidades de representação do empresariado e os altos dirigentes de empresas importantes no mercado.

Este conceito remete a outra questão, cujas implicações teóricas ultrapassam as pretensões deste texto, mas que são de grande importância, ou seja, o estudo de uma dada elite como forma de estudar as características do grupo ou classe social ao qual pertence. Entendemos que o conceito de elite empresarial, por se referir à elite política de uma dada classe social possuidora de poderes econômico e políticos relevantes, pode ser um instrumento de análise do empresariado enquanto *classe social*, e do estabelecimento de estratégias mais eficazes de análise das particularidades de sua ação política, em especial no que tange ao processo de construção das instituições políticas, o que é bastante relevante em jovens democracias como a brasileira.

A partir do conceito de elite empresarial, a pesquisa subjacente a esta comunicação propõe uma estratégia de análise do grupo social que se caracteriza pela propriedade e/ou controle das atividades econômicas privadas, porém levando em conta não apenas o seu poder econômico, mas também outros dois aspectos, mais propriamente relacionados à *política*: de um lado, os valores e atitudes políticos e, de outro, a representação e a ação política.

Neste sentido, a elite empresarial será aqui considerada, de um lado, como aquela parcela das *elites políticas* composta pelos presidentes de entidades, sindicais e associativas, de representação do empresariado. E, de outro, uma parcela da *elite econômica*, os dirigentes de empresas importantes no mercado. Entretanto, mais do que simplesmente estabelecer *quem* seria considerado como elite empresarial, o fundamental é considerar o *porquê* de tal atribuição, ou seja, a questão a partir da qual ela será analisada.

Como indicamos acima, entendemos que, no estudo do empresariado, a variável fundamental a ser acrescida a do poder econômico é aquela que contempla as dimensões da ação e dos valores políticos, pois cabe a ela dar a tônica ao conceito e aos problemas a partir dos quais não apenas localizaremos ou definiremos a elite empresarial, mas, sobretudo, como a estudaremos.

Em relação à primeira parcela da elite empresarial, os presidentes de entidades de representação, a sua característica fundamental está no seu papel nos processos relacionados à ação organizada em torno dos interesses empresariais, ou seja, trata-se daqueles que enfrentam as questões políticas tanto no interior do seu próprio grupo, no sentido de conseguir ser escolhido para a direção de uma entidade de representação, quanto externamente ao grupo, portanto, no processo de representação dos interesses daqueles que seriam os representados e da própria entidade. Quanto à outra parcela desta elite, os dirigentes de empresas, embora se caracterizem pela capacidade de ocupar postos de natureza gerencial e no interior das empresas, também serão aqui considerados a partir de suas opiniões, atitudes e ações políticas.

Tanto a variável posicional, quanto a do poder econômico, são relevantes, mas ganham sentido ao se articularem com outra questão e outra variável, a *política*. Se para a primeira parcela, esta dimensão é quase que automaticamente posta, para a segunda ela é introduzida quando ultrapassamos estritamente o campo da gestão empresarial e da política econômica e a consideramos a partir do problema dos valores políticos e das instituições políticas, no caso, democráticas.

No aspecto teórico ou no metodológico, isso implica em verificarmos as características fundamentais das atitudes e valores políticos relacionados à democracia, bem como a avaliação sobre o funcionamento das instituições democráticas, tomando por referência o Brasil de nossos dias, por parte da elite empresarial.

Em suma, o conceito de elite empresarial, e a forma como ele está sendo aqui operacionalizado, caracterizam-se pelos seguintes aspectos: em primeiro lugar, refere-se a um grupo que possui ou controla diversos tipos de capital, portanto, possui poder econômico relevante frente à sociedade, mas deste são considerados aqueles que se destacam no processo de *representação e de ação política* do próprio grupo. Isso permite que a elite empresarial seja considerada mais do que uma *elite econômica*, mas também como uma *elite política*, entendida como aquela que é composta pelos que exercem papéis relevantes na representação política e ocupam os principais cargos políticos.

Em segundo lugar, o que distingue a elite empresarial é menos simplesmente a posse ou controle do capital, mas, sobretudo o exercício da representação e da ação política do grupo que possui tal característica, seja diante de seus pares, ocupando o cargo mais importante na direção de uma entidade representativa, seja no exercício da

defesa dos interesses empresariais frente ao Estado e aos demais grupos políticos da sociedade, seja na questão da defesa dos interesses de uma dada empresa.

Após esta breve apresentação das questões teóricas subjacentes à nossa pesquisa, trataremos de seus aspectos metodológicos e analisaremos os seus resultados iniciais. A seguir, vamos nos reportar aos resultados de pesquisa que utiliza métodos qualitativos como forma de verificar as características das atitudes políticas democráticas e da ação política da elite empresarial brasileira nos dias de hoje<sup>2</sup>.

## **II – Aspectos da cultura política e da ação política da elite empresarial: um estudo qualitativo**

Na sua maior parte, os estudos sobre as atitudes políticas das elites políticas, ou mesmo da população em geral, possuem uma natureza quantitativa, ou seja, procura-se verificar as variações e a dinâmica das opiniões em relação a assuntos variados. Embora forneça uma série de dados muito importantes, a pesquisa quantitativa não permite verificar de forma mais detalhada os fundamentos e as causas das atitudes e suas possíveis implicações sobre as ações políticas.

Neste sentido, nossa pesquisa buscou verificar algo que não havia sido contemplado em outras pesquisas anteriores a respeito da elite empresarial no Brasil<sup>3</sup>, ou seja, *as justificativas e as fundamentações* para as avaliações e posicionamentos, enfim, para as atitudes e as ações da elite empresarial frente à democracia no Brasil nos dias de hoje.

Bishin, Barr e Lebo (2006) afirmam que, embora o suporte das elites à democracia e sua satisfação com este regime sejam muito importantes para a sua consolidação na América Latina, pouco ainda se sabe sobre o que elas entendem por democracia, enfatizando a necessidade de ir além da questão do grau de adesão.

Para tanto, através de uma pesquisa qualitativa, procuramos verificar não apenas os aspectos quantitativos de variáveis como o grau de adesão, as concepções de democracia e as avaliações sobre o funcionamento das instituições democráticas no

---

<sup>2</sup> Referimos-nos aos resultados preliminares da pesquisa *Empresariado e democracia: avaliações e motivações políticas*, realizada com apoio do CNPq e em parceria com o Núcleo de Informações Estratégicas e Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

<sup>3</sup> Ver COSTA (2007) e COSTA e ENGLER (2008).

Brasil e suas perspectivas, mas também, e, sobretudo, as suas justificativas. Estas nos permitirão tanto ultrapassar os limites de levantamentos de natureza quantitativa, quanto também contribuir para a fundamentação e o aprimoramento de uma estratégia de análise da ação política do empresariado. Entendemos que este percurso é fundamental para se construir bases teóricas e metodológicas para o estudo da elite empresarial, como também, e principalmente, do grupo ou classe social que lhe é subjacente.

O questionário foi montado a partir das seguintes questões: as concepções sobre política, democracia e reforma política; a adesão à democracia; a consolidação da democracia no Brasil; a confiança em relação às instituições democráticas brasileiras; a relação entre a democracia e os interesses empresariais; as formas de ação política do empresariado na democracia e, por fim, aspectos gerais da trajetória política dos presidentes de entidade.

O fato de nossa pesquisa ainda estar em andamento, faz com que o interesse pelos dados utilizados se deva menos pelo seu aspecto estatístico ou pela sua representatividade em relação ao conjunto da elite empresarial brasileira, e mais pelo seu aspecto metodológico. Os dados que serão utilizados referem-se às respostas dadas pelo seguinte grupo: o presidente de uma entidade de representação de empresas ligadas à “indústria da comunicação”, conforme identifica o próprio entrevistado; o presidente de uma importante associação comercial; o presidente de uma grande associação do setor automobilístico; o representante uma renomada empresa de consultoria; e o representante de uma empresa de indústria e comércio de produtos químicos ligados à agricultura e à veterinária<sup>4</sup>.

Concentraremos nossa análise nas respostas, e suas respectivas justificativas, em relação aos seguintes aspectos: a adesão à democracia, a concepção de democracia e a avaliação a respeito das instituições democráticas, tomando por referência o Brasil de 1988 aos dias de hoje.

Em primeiro lugar, verificamos que há por parte destes membros da elite empresarial uma posição mais favorável ao exercício da política, quando comparamos com o que ocorria até meados anos 1990 (COSTA, 2005a e 2005b), e uma forte adesão à

---

<sup>4</sup> Utilizando um questionário, aplicado através de um sistema que permite o preenchimento eletronicamente, via internet, e a inserção das justificativas às respostas dadas, foi associado a todas proposições, como, por exemplo, a opinião sobre o grau de consolidação da democracia no Brasil, um pedido de justificativa e de fundamentação da resposta, ultrapassando, desta forma, a simples resposta sim ou não. Não serão identificados os nomes dos respondentes nem as suas entidades ou empresas pelo fato de termos assegurado aos participantes que as respostas seriam tratadas apenas de forma agregada.

democracia. Tal adesão é justificada pela importância do amplo debate sobre os assuntos públicos que a democracia permite e por ser esta uma forma de sociedade mais justa, embora haja entre os entrevistados tanto quem entenda que, na democracia, a política possa trazer, juntamente com os benefícios coletivos, alguns prejuízos pessoais, quanto, no caso, o presidente da associação comercial, quem a defende por ser o contexto mais favorável à livre iniciativa e à liberdade individual.

A competência administrativa por parte dos governantes é considerada pelos entrevistados como essencial à democracia, mas tal posição é justificada pelo fato de que a incompetência governativa enfraqueceria a democracia e a adesão popular a este sistema político. Percebemos que há uma postura mais realista e uma visão menos *gerencial* em relação a o que se poderia esperar da política na democracia.

Quanto à questão da democracia no Brasil, as opiniões apontaram para a sua imaturidade e a necessidade de seu aprimoramento, em função de que a democracia seria fundamental para a sociedade brasileira. Os entrevistados avaliam que a democracia ainda não está consolidada no Brasil, dado que ainda faltariam algumas reformas e aperfeiçoamentos para que isso ocorra, entre elas a reforma política. Entretanto, novamente para o presidente da associação comercial, a justificativa da defesa da democracia oscila entre um argumento de natureza econômica, ou seja, relacionada estritamente à defesa da liberdade de mercado e de iniciativa, e a idéia de que a democracia seria necessidade para o desenvolvimento da sociedade.

O questionário aplicado apresentou também questões através das quais poderíamos verificar o que se entende por democracia e quais seriam os seus aspectos essenciais e/ou desejáveis, sempre acompanhadas do pedido de justificativa. A democracia representativa, ou seja, a escolha dos governantes através do voto, é considerada como essencial e defendida por ser uma condição necessária ao regime democrático e por que permitiria a responsividade e a escolha dos melhores governantes.

Já a participação da população no processo decisório é considerada essencial pela maioria dos entrevistados e a justificativa aponta para a importância da corresponsabilidade do cidadão. Um dos entrevistados entende que a participação é desejável, mas não essencial por que a democracia poderia ser exercida muitas vezes sem a participação da sociedade e porque poderiam, às vezes, conduzir a decisões erradas.

Quanto à redução da desigualdade econômica, dois dos entrevistados não a consideram essencial, embora desejável, dado que, para a consolidação da democracia,



seria mais importante a igualdade do voto do que a igualdade econômica, e também por que o mais importante seria a igualdade de oportunidades. Os outros dois que entendem que tal redução seria essencial a defendem pela importância da inclusão social e por ser este o aspecto que tornaria a democracia uma realidade efetiva.

Entretanto, dois dos entrevistados entendem que a liberdade de mercado e de iniciativa não seria essencial, mas apenas desejável, dado que esta nem sempre seria o melhor caminho para a consolidação da democracia, enquanto que os outros dois a consideram essencial para dar competitividade à economia nacional e ser a liberdade de mercado uma forma de promoção do bem estar social.

A democracia é também considerada por todos como um forma eficaz de resolver crises políticas e sociais, dado que estas decorreriam das escolhas erradas feitas pela própria sociedade, mas cujas soluções deveriam ser buscadas através da própria democracia e da liberdade.

Por sua vez, a adesão da população aos valores democráticos é considerada essencial pelos entrevistados, pois quanto maior ela for, mais democrática e cívica seria a sociedade. E o mesmo se atribui ao respeito às autoridades, mas não enquanto submissão, dado que seria fundamental questionar e cobrar as autoridades e mantê-las subordinadas ao voto. E quando perguntados sobre qual seria autoridade mais importante, as respostas foram, de um lado, o “povo”, e, de outro, o Presidente da República, ou o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ou as “instituições”, dado que elas estabeleceriam os direitos e deveres dos cidadãos, pois o exercício da democracia implicaria fortalecimento das instituições através da crítica e da busca pelo seu aperfeiçoamento.

Ainda sobre as instituições, colocamos a seguinte questão: o que seria mais importante, o bom funcionamento das instituições políticas (Congresso Nacional, partidos políticos, sistema partidário, sistema eleitoral etc.) ou das instituições econômicas (Banco Central, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e agências reguladoras).

As respostas tenderam a apontar para a primazia das instituições políticas, justificada pelo fato de que o bom funcionamento destas instituições levaria à estabilidade e à governabilidade, o que, por sua vez, fortaleceria todas as instituições as outras, inclusive as econômicas. Entretanto, como veremos a seguir, em relação à realidade brasileira atual, a avaliação a respeito das instituições econômicas tendeu a ser mais positiva do que aquela em relação às instituições políticas.

Quanto ao funcionamento das instituições, a Presidência da República é bem avaliada, por que promoveria a estabilidade política e econômica. Neste aspecto, as respostas tendem a se aproximar da conclusão de BISHIN, BARR e LEBO (2006), de que é o desempenho das políticas econômicas adotadas pelo Presidente da República, como teria mostrado o caso de Luiz Ignácio Lula da Silva, o elemento fundamental do apoio das elites à democracia.

A avaliação também é relativamente positiva em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo mérito seria estabelecer critérios sustentáveis e transparentes de financiamento. O Banco Central é bem avaliado pela contribuição à estabilidade monetária, mas necessitaria ser efetivamente autônomo. Já o Banco do Brasil teria um desempenho apenas satisfatório, dada a falta de transparência e de estabilidade interna. Por sua vez, a avaliação dos ministérios é apenas satisfatória em função da politização e da variação da competência dos ministros. As agências reguladoras<sup>5</sup> teriam um funcionamento ruim por serem muito politizadas, inócuas e sem funções claras.

Sobre as instituições políticas representativas, o desempenho dos partidos políticos é avaliado como ruim ou no máximo satisfatório, dado que haveria alguns partidos bons e outros muito ruins, além de pouca densidade ideológica. O sistema partidário seria ruim, o que implicaria na necessidade da reforma política. As entidades sindicais, tanto de patrões quanto de empregados, são mal avaliadas, em função da adoção de práticas ultrapassadas e do predomínio de lideranças antigas. As associações patronais são mais bem avaliadas por serem mais dinâmicas e trazerem mais contribuições ao país<sup>6</sup>.

Perguntados sobre a reforma política, a resposta indica que o reconhecimento de sua importância vem acompanhado de certo ceticismo em relação à sua viabilidade e, ora de uma justificativa de natureza ética, ou seja, a busca da redução da corrupção, ora da ênfase na necessidade de cobrar que ela seja feita pelo Congresso Nacional. Um dos entrevistados declara que sua entidade tem tido preocupação em atuar pela reforma das instituições políticas, em especial no que tange à liberdade de expressão, mas os demais sinalizam que tal atuação não ocorre.

---

<sup>5</sup> Estamos nos referindo às agências que regulam os setores de telefonia (ANATEL), energia (ANEEL), aviação (ANAC) etc.

<sup>6</sup> Como foi informado acima, não há nenhuma entidade patronal de natureza sindical entre as contempladas pela pesquisa.

E em relação às questões que marcam o ainda incipiente debate sobre reforma política no Brasil, os entrevistados são contra o financiamento público de campanha por entenderem que não resolveria o problema da falta de transparência, ética e legitimidade, embora admitam que não se sentem bem informados sobre o assunto. Eles defendem a permanência da reeleição para os cargos do poder Executivo, o voto obrigatório, enquanto forma de fortalecimento da democracia no Brasil, são favoráveis a uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política, dado que os parlamentares não poderiam legislar sobre suas próprias atividades<sup>7</sup>.

Em relação aos padrões de ação política, declarou-se que as ações se dariam geralmente articuladas com outras entidades ou empresas. Os contatos ocorreriam predominantemente com os poderes e agências no nível federal — Presidência da República e mais intensamente os ministérios, secretaria e órgãos federais e o Senado —, com os quais, em geral, seriam tratados os interesses da empresa ou do setor representado pela entidade. O resultado destes contatos tendeu a ser avaliado como positivo.

Quanto às formas de representação empresarial, com exceção de um dos entrevistados, não há o entendimento de que a criação de uma *peak association*, cujo objetivo seria representar o conjunto do empresariado brasileiro, seria a melhor forma de atuação, dado que já haveria entidades suficientes e cada tipo de entidade teria os seus próprios problemas e interesses. Mas, de um modo geral, os entrevistados avaliam positivamente o papel dos empresários no funcionamento da sociedade brasileira pós-1988.

### III – Considerações finais

Um primeiro aspecto a ser observado é de ordem teórica e metodológica, ou seja, a importância de se analisar os valores e atitudes políticos das elites políticas frente à democracia, dada a contribuição que tal estudo tem para a compreensão das características destas elites, da sua ação política, das suas relações com as instituições democráticas e até do funcionamento e do desenvolvimento destas últimas.

---

<sup>7</sup> A idéia de uma assembleia constituinte exclusiva para redefinir o funcionamento das instituições políticas, em especial o sistema partidário e o sistema eleitoral, possui apoio difuso entre os empresários e outros setores da sociedade brasileira, mas não foi além de alguns movimentos sem continuidade. Não há uma posição única sobre o assunto. Por exemplo, um dos entrevistados defende que os membros desta assembleia só poderiam disputar cargos políticos oito anos após o seu encerramento, como uma forma de separar, ainda que temporariamente, os responsáveis pela elaboração das novas regras políticas das disputas pelo poder.

O rendimento analítico da mobilização de variáveis relacionadas às concepções, opiniões e avaliações nos permite obter informações sobre um dos elementos importantes para o momento da ação, *ou da falta desta*, frente às questões concretas, dado que se trata, no caso, do julgamento a respeito das instituições políticas e dos seus valores subjacentes.

Estas informações nos indicam as tendências de aceitação, apoio, recusa ou contraposição por parte dos empresários em relação a certas características importantes do regime democrático vigente no Brasil, fornecendo hipóteses de trabalho melhor fundamentadas e sugerindo os prováveis âmbitos e padrões nos quais se dariam as ações concretas do empresariado, bem como as possíveis contradições ou mudanças de posição (COSTA, 2007). Daí, a importância da utilização de métodos qualitativos, que busquem os fundamentos e as justificativas das atitudes e ações políticas.

O interesse nesta abordagem alternativa da ação política do empresariado está nos seguintes aspectos:

- 1- Permite trabalhar questões mais próximas ao *grupo ou classe social*, e não apenas de suas *instituições* de representação, exatamente por tratar da questão da representação política, dimensão fundamental na análise da ação coletiva;
- 2- Considera as implicações da relação entre este importante grupo social e o funcionamento e as características do processo, ainda em andamento, de construção da democracia no Brasil;
- 3- Permite comparações com a relação que a população em geral e outros grupos sociais em particular têm com as instituições democráticas;
- 4- Considera com mais intensidade o fato de que mesmo espaços mais insulados do processo decisório no âmbito do Estado estão mais sujeitos às pressões dos diversos grupos sociais, entre eles, e em especial, o empresariado, em um contexto democrático. Daí a importância de se analisar a relação entre os grupos sociais e as instituições quando estas últimas estão sendo estudadas;
- 5- O foco de análise do empresariado centrado na política econômica tende a concentrar-se na relação entre este grupo e o âmbito *federal* do processo decisório, em especial, o poder Executivo, deixando de lado outros espaços importantes da ação política do empresariado, e, principalmente, *do próprio Estado e do Governo*, como os Governos estaduais, as Assembléias Legislativas e as Prefeituras;

- 6- A análise frente à questão das instituições políticas permite problematizar sob outra ótica, aspectos da adesão tanto à democracia, quanto à “ideologia liberal *stricto sensu*” (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 32). Enfim, se o empresariado é ou deixa de ser *liberal* também em relação aos fundamentos da democracia. Além disso, a vantagem de pesquisar outros setores além do industrial também permite maior alcance da análise, no sentido de aferir as homogeneidades e heterogeneidades no conjunto do empresariado (COSTA, 2007).
- 7- Introduce no estudo daquela que seria a *elite econômica* a sua existência enquanto elite empresarial, através da consideração de seus aspectos políticos;

Em segundo lugar, as principais conclusões a que podemos chegar a respeito dos valores políticos em relação à democracia por parte da elite empresarial brasileira são os seguintes:

- 1- Em relação à democracia, há uma forte adesão, mas pouco empenho em fomentar ou participar de iniciativas que aperfeiçoem o funcionamento das instituições democráticas brasileiras;
- 2- Em relação à visão da política e do próprio papel e desempenho políticos do empresariado, há uma tendência à superação do maniqueísmo, mas permanece certa visão *gerencial* da política, ou seja, a coisa pública pensada como se fosse uma questão de competência administrativa, e também do seu próprio papel político;
- 3- Quanto às implicações disso sobre os padrões de ação política do empresariado, pesquisas posteriores permitirão a verificação das hipóteses sugeridas pelos estudos já desenvolvidos.

De um modo geral, o avanço das pesquisas qualitativas, aqui expressas pelo estudo de caso, vai permitir verificar, sob novas perspectivas, os problemas, dilemas e anseios relacionados ao trato da política e da democracia por parte da elite empresarial, que vêm desde o final dos anos 1980 até hoje.

E, mais do que isso, permitirá explorar novas dimensões do estudo da ação política do empresariado, por exemplo, percebendo as possíveis correlações existentes entre o tipo ou setor de atividade da entidade ou empresa e as atitudes e ação políticas. Pode contribuir também para até mesmo para o estabelecimento de tendências do comportamento político desta elite e da classe social subjacente.

Por exemplo, se a elite empresarial será mais ou menos maniqueísta na definição e no exercício do seu papel político; se partilhará uma visão da política como uma questão ‘gerencial’ e estritamente voltada para a economia; ou se será mais realista e pragmática; se mais ou menos ativa ou reativa; se assumirá ações de curto prazo, pulverizadas, setORIZADAS e fragmentadas, ou unificada, ampla e prospectiva; se dará maior ou menor importância, através de ações concretas e contundentes, à reforma das instituições políticas; se estará mais ou menos próxima das forças políticas e partidárias defensoras de reformas sociais (esquerda); se assumirá posturas mais ou menos liberais, seja quanto à relação entre Estado e mercado, seja quanto aos pressupostos liberais da democracia.

Em relação a estes aspectos, na tentativa de traçar as tendências da ação política da elite empresarial brasileira a partir dos resultados de nossas pesquisas, pudemos perceber o seguinte:

1. Além do alto grau de adesão à democracia, tal adesão tende a levar em conta o desempenho das instituições, econômicas e políticas, em relação não apenas aos seus interesses, o que é normal e legítimo em uma democracia, mas também em relação aos que seriam os interesses de toda sociedade;
2. Existe uma tendência crescente, ainda que lentamente, a atuar mais intensamente na política, mesmo que isso não implique em um número maior de empresários diretamente atuando em cargos políticos, eletivos ou não;
3. Há uma visão pragmática em relação aos resultados concretos da democracia, o que inclusive levaria a elite empresarial a não apenas tolerar, como até apoiar um aprofundamento das formas de participação direta da população no processo decisório;
4. Em um contexto de reforma das instituições políticas, esta elite tenderia a defender a manutenção da reeleição para os cargos do Poder Executivo, o voto obrigatório, a fidelidade partidária, a reforma política através de uma constituinte exclusiva;
5. A elite empresarial tenderia a defender a normalidade democrática como forma de solução de eventuais crises;
6. Não teria muito interesse em um processo de construção de uma *peak association* do conjunto do empresariado. Este aspecto é importante, quando consideramos que trabalhos importantes sobre empresariado no Brasil enfatizam a ausência

deste tipo de entidade como uma das características fundamentais da constituição deste grupo enquanto agente político (DINIZ e BOSCHI, 2004).

Não estamos aqui prognosticando os padrões e o conteúdo das ações políticas da elite empresarial brasileira em relação à democracia e suas instituições, nem afirmando que o conjunto desta classe social agiria desta forma. Mas, é possível reconhecer que há um conjunto de atitudes extremamente favoráveis a este tipo de regime político, por parte por parte da elite de uma classe social fundamental na sociedade capitalista e que, no caso brasileiro, já esteve entre as bases sociais de experiências autoritárias.

Ao contrário de uma aposta no papel desta elite na sustentação e no aperfeiçoamento da democracia brasileira, o que este tipo de estudo sugere é a necessidade de complementá-lo com o estudo de suas ações efetivas em situação concretas, lembrando que a sua ausência, ou seja, a falta de ação, é, tanto política, quanto sociologicamente, bastante relevantes.

Por último, a articulação entre os estudos de cultura política e os e da ação política das elites políticas ainda tem que ser mais bem explorados pelos pesquisadores e pretende ser uma contribuição para uma Sociologia Política da democracia no Brasil, permitindo não apenas confirmar ou não as avaliações, acima mencionadas, sobre o poder da elite empresarial brasileira, por parte dos especialistas e do senso comum, como também a realização de estudos comparados, ainda por serem feitos.

**Paulo Roberto Neves Costa** (paulocosta@ufpr.br) é professor de Ciência Política da UFPR, coordenador do *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira* e editor-chefe da *Revista de Sociologia e Política*.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BISHIN, B. G., BARR, R. R. and LEBO, M. J. 2006. The impact of economic *versus* institutional factors in elite evaluations os presidential progress toward democracy in Latin America. *Comparative Political Studies*, volume 30, number 10.
- CARDOSO, F. H. 1964. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo : Difel.
- CARDOSO, F. H. 1967. *Las elites empresariales en America Latina*. In, LIPSET, S. M. e SOLARIS, A. E. *Elites y desarrollo en America Latina*, Buenos Aires, Paidós.

- COSTA, P. R. N. 2005a. Empresariado, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n° 57, pp. 109-126, fevereiro.
- COSTA, P. R. N. 2005b. Como os empresários pensam a política e a democracia. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n° 2, pp. 422-449, outubro.
- COSTA, P. R. N. 2007. Empresariado, instituições democráticas e reforma política. *Revista de Sociologia e Política*, n° 28, junho, Curitiba.
- COSTA, P. R. N. e ENGLER, I. 2008. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, Campinas (*data a ser definida pelos editores*).
- DINIZ, E. e BOSCHI, R. 2004. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro. Editora UFMG/IUPERJ.
- MARTINS, L. 1968. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Saga.
- PAHL, R. E. e WINKLER, J. T. 1974. The economic elite: theory and practice. In GIDDENS, A. and STANWORTH, P. (eds.) *Elites and Power in British society*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WINDOLF, P. 1998. Elites networks in German and Britain. *Sociology*, v. 32. n. 2, May.

\* \* \*